

JB
19/4/98 8
PATAXÓ HA HA HAE

789



Galdino Jesus dos Santos, queimado quando dormia em Brasília, foi enterrado em sua aldeia, na Bahia

Dia do Índio vai ter ato de protesto por pataxó

■ Galdino morreu há um ano e responsáveis não foram julgados

ELIANA LUCENA

BRASÍLIA - O Dia do Índio, comemorado hoje, será lembrado com um ato de protesto na Praça do Compromisso, onde, há um ano, o índio pataxó Galdino Jesus dos Santos foi incendiado por cinco adolescentes na madrugada do dia 20 de abril. Os quatro jovens maiores de idade responsáveis pela morte do índio, que teve 95% do corpo queimado, ainda não foram a julgamento.

Os manifestantes também vão lembrar de outros crimes contra índios que continuam impunes: o massacre de 14 índios ticunas, no Amazonas, em 1988, o massacre de índios corubos, que ainda são isolados, e o assassinato de índios ianomâmis por garimpeiros, na aldeia de Homoxi, em Roraima, em setembro de 93.

Terras - Galdino tinha vindo a Brasília para tentar resolver a situação das terras dos pataxós-hã-hã-hãe, na Bahia, invadida por fazendeiros. Na noite do dia 19, esteve na sede da Funai, onde comemorou o Dia do Índio com representantes de outras tribos. Já de madrugada, não conseguiu entrar na pensão onde estava hospedado, perto da Funai, decidindo dormir no banco de uma parada de ônibus, na avenida W-3 Sul. Os adolescentes jogaram álcool em seu corpo e atearam fogo, fugindo em seguida. Pouco depois, foram localizados pela polícia, a partir de informações de uma testemunha que anotou a placa do carro dos rapazes.

O caso Galdino está parado desde 5 de março, à espera da publicação do acórdão com a sentença dada por três desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, que mantiveram a decisão da

juíza Sandra de Santis. A promotora Maria José Pereira havia considerado o crime como triplamente qualificado (com pena de até 30 anos de prisão). No entanto, em agosto, a juíza Sandra de Santis desqualificou o crime, classificando o assassinato do índio como lesão corporal grave seguida de morte, o que diminui a pena para até 12 anos e exclui o júri popular.

Recurso - A promotoria e os advogados da família de Galdino estão aguardando a publicação do acórdão para entrar com recurso no Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra a decisão dos desembargadores. O advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, assistente da acusação, rebate os argumentos da defesa, afirmando que "ninguém compra dois litros de álcool em um posto de gasolina, depois de localizar uma pessoa dormindo, volta para jogar o combustível no corpo e acende um fósforo".

Os responsáveis pelo assassinato de Galdino são de famílias de classe média e estão presos no presídio Núcleo de Custódia. Um deles, Max Rogério Alves, de 19 anos, é enteado do ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral, Walter Medeiros. Antônio Novelty Vilanova, também de 19 anos, é filho do juiz federal Novelty Vilanova Reis. Tomás de Oliveira e Eron Oliveira são primos. Tomás é irmão do menor G.N. que também participou do crime e está solto.

As entidades de direitos humanos e a família de Galdino querem levar os rapazes a júri popular. Com a decisão dos desembargadores, os acusados seriam julgados por um juiz singular. O relator do caso no tribunal, desembargador Joasil Gardes, justificou o seu voto contrário à sentença de crime

triplamente qualificado, afirmando que os rapazes participaram "de uma brincadeira selvagem", sem a intenção de matar.

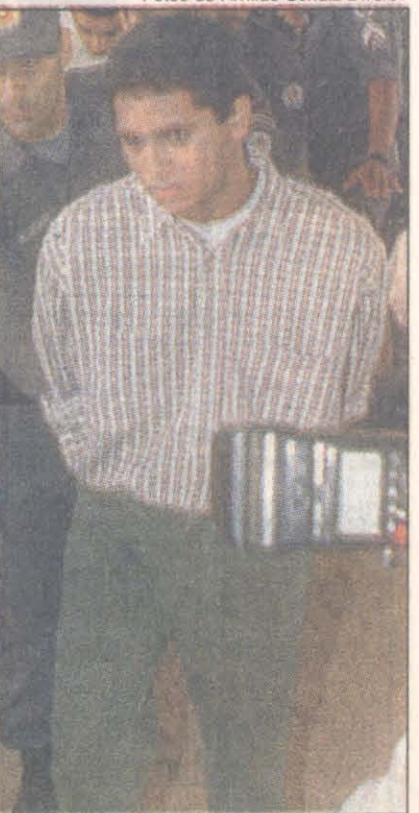
Para o relator, a prova dos autos mostrou que os rapazes não tinham a intenção de matar Galdino, mas fazer "uma brincadeira selvagem", ao jogar álcool e atear fogo ao corpo. Segundo ele, as testemunhas viram os cinco rapazes fugindo "com pressa e desespero", quando o corpo do índio foi tomado pelo fogo.

Luiz Eduardo Greenhalgh contesta a decisão da juíza Sandra de Santis, afirmando que o grau de culpa dos rapazes deve ser julgado por júri popular. "Não reconhecer o crime como triplamente qualificado é um passaporte para a impunidade. A juíza sucumbiu sob as palavras dos acusados", afirmou o deputado.

Estatuto - A aprovação do Estatuto das Sociedades Indígenas também será pedida durante as manifestações pelo Dia do Índio em todo o país. Vinte líderes indígenas passaram a semana tentando convencer os parlamentares a votarem o estatuto, que vai substituir o Estatuto do Índio. Há quatro anos o projeto está parado. O presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB), comprometeu-se na quarta-feira a interferir para que o projeto seja votado.

Segundo o secretário do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Saulo Feitosa, a não aprovação do projeto tem trazido problemas para os índios, especialmente na demarcação das terras, assistência especial à saúde, educação, auto-sustentação e no aproveitamento dos recursos naturais existentes nas áreas indígenas.

Fotos de Arnildo Schulz 21/5/97



Tomás de Oliveira (E), Eron Chaves (C) e Antonio Novelty são acusados de terem assassinado Galdino